



## **CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE UMA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE VITÓRIA-ES**

Aluno Graduação/Undergraduate Student Lucas Medici Macedo Candeias, Aluno

Graduação/Undergraduate Student Ronielson Xavier de Jesus, Mestre/MSc. Simone Luiza Fiorio [ORCID ID](#)

UFES, Vitória, ES, Brazil

**Aluno Graduação/Undergraduate Student Lucas Medici Macedo Candeias**

**Programa de Pós-Graduação/Course** Ciências Contábeis

**Aluno Graduação/Undergraduate Student Ronielson Xavier de Jesus**

**Programa de Pós-Graduação/Course** Ciências Contábeis

**Mestre/MSc. Simone Luiza Fiorio**

[0000-0002-6716-7070](#) **Programa de Pós-Graduação/Course** Ciências Contábeis

### **Resumo/Abstract**

Este trabalho teve como objetivo apresentar como a contabilidade contribui no processo de gestão e transparência de uma entidade do terceiro setor, sob a percepção de seus associados. A metodologia empregada foi exploratório-descritiva, compreendendo uma investigação bibliográfica e um estudo de caso, com abordagem qualitativa, delimitou-se na seleção de uma associação de catadores de materiais recicláveis - Associação Capixaba de Reciclagem (Recicla Capixaba) - localizada na cidade de Vitória/ES. Foram realizadas visitas à sede da associação para observação das atividades e análise documental, bem como para seleção dos entrevistados. Foram realizadas entrevistas com o presidente e um associado, buscando compreender suas percepções, motivações, desafios enfrentados e benefícios alcançados. O contexto inicial revelou limitações na transparência das informações contábeis e falta de controle nas movimentações financeiras e nos materiais coletados. As entrevistas revelaram que a motivação para a contratação do escritório contábil e a busca pelo controle financeiro e gerencial da Associação foi a formalização de um contrato de prestação de serviços com a prefeitura municipal e a necessidade de prestar contas. Os resultados mostraram que a contabilidade contribuiu para a melhoria da transparência, controle financeiro, organização e tomada de decisão na associação. Além disso, foram observados benefícios, como parcerias com empresas, aquisição de recursos e maior compreensão das finanças da associação. Esses achados podem indicar a importância da contabilidade para promover a transparência e fortalecer a gestão das associações sem fins lucrativos, contribuindo para o alcance de seus objetivos socioambientais.

### **Modalidade/Type**

Iniciação Científica / Undergraduate Paper

### **Área Temática/Research Area**

Tópicos Especiais de Contabilidade (TEC) / Special Topics in Accounting



## **CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS NO TERCEIRO SETOR: ESTUDO DE CASO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE VITÓRIA-ES**

### **RESUMO**

Este trabalho teve como objetivo apresentar como a contabilidade contribui no processo de gestão e transparência de uma entidade do terceiro setor, sob a percepção de seus associados. A metodologia empregada consistiu em uma pesquisa exploratório-descritiva, compreendendo uma investigação bibliográfica para levantamento de dados, além de um estudo de caso focado em uma abordagem qualitativa, como forma de alcançar a profundidade e o recorte proposto. O estudo de caso delimitou-se na seleção de uma associação de catadores de materiais recicláveis - Associação Capixaba de Reciclagem (Recicla Capixaba) - localizada na cidade de Vitória/ES. Foram realizadas visitas à sede da associação para observação das atividades e análise documental, bem como para seleção dos entrevistados. Foram realizadas entrevistas com o presidente e um associado, buscando compreender suas percepções, motivações, desafios enfrentados e benefícios alcançados. O contexto inicial revelou limitações na transparência das informações contábeis e falta de controle nas movimentações financeiras e nos materiais coletados. As entrevistas revelaram que a motivação para a contratação do escritório contábil e a busca pelo controle financeiro e gerencial da Associação foi a formalização de um contrato de prestação de serviços com a prefeitura municipal e a necessidade de prestar contas. Os resultados mostraram que a contabilidade contribuiu para a melhoria da transparência, controle financeiro, organização e tomada de decisão na associação. Além disso, foram observados benefícios, como parcerias com empresas, aquisição de recursos e maior compreensão das finanças da associação. Esses achados podem indicar a importância da contabilidade como um elemento-chave para promover a transparência e fortalecer a gestão das associações sem fins lucrativos, contribuindo para o alcance de seus objetivos socioambientais.

**Palavras-chave:** Contabilidade. Prestação de Contas. *Accountability*. Terceiro Setor.

### **1 INTRODUÇÃO**

A denominação “terceiro setor” emergiu do chamado modelo trissetorial, sendo utilizada para diferenciar o grupo de organizações que não são pertencentes ao Estado (primeiro setor), tampouco ao setor privado (segundo setor), porém que guardam relação próxima com ambos, ao passo que conjugam da finalidade do primeiro (interesse coletivo) e a natureza “privada” do segundo (embora sem o objetivo do lucro). A separação em três grupos de organizações surgiu como uma alternativa à dualidade público-privado que, para as economias capitalistas avançadas, tendeu a colocar-se como sinônimo de Estado *versus* Mercado, o que, para alguns autores, não representava adequadamente a natureza do espaço privado (Falconer, 1999; Slomski, 2012).



Mañas (2007) vê o terceiro setor como uma união de valores, que se orientam pela iniciativa individual, a autoexpressão, a solidariedade e a ajuda mútua. Sob o contexto social, observa-se que as organizações do terceiro setor estão centradas no interesse coletivo, atuando, principalmente, em áreas sociais onde a ação estatal é insuficiente ou inexistente, desenvolvendo papel fundamental na sociedade e, especialmente, na vida dos mais marginalizados, que, por diversos fatores, buscam alternativas no terceiro setor, sendo além de uma forma de sobrevivência, uma forma de inclusão social.

Essas organizações engajam-se em diversas áreas, tais como educação, assistência social, tecnologia, saúde, cultura, religião e outras atividades relacionadas à promoção da cidadania como um valor fundamental. Elas desempenham um papel significativo ao suplementar os esforços do governo e contribuir para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade. Como resultado, outras expressões são comumente utilizadas para designar o terceiro setor, como setor de caridade, setor independente, setor voluntário, economia social, Organizações Não Governamentais (ONGs), setor sem fins lucrativos, organizações filantrópicas, organizações da sociedade civil, entre outras (Slomski, 2012).

Além do compromisso desempenhado na área social, essas organizações também desempenham papel na economia do país, atuando como um importante gerador de renda, além de proporcionar acesso ao mercado de trabalho, assegurando direitos e garantias à cidadãos em situação de vulnerabilidade. Na prática, pelas características das atividades desenvolvidas, observa-se que as entidades do Terceiro Setor vivem o constantemente desafio de captar recursos e manter seus colaboradores, a fim de alcançar a sustentabilidade e planejar suas ações com base em perspectivas de longo prazo (Lopes, Andrade, Meira, Santos & Ferreira, 2012).

Percebe-se assim que, como toda organização, as integrantes do terceiro setor também possuem obrigações com os usuários envolvidos em suas atividades, e estes demandam diferentes tipos de informações. Neste aspecto, ser transparente na prestação de contas é fundamental para a construção de relacionamentos de confiança com seus financiadores, sendo fundamental que essas informações sejam divulgadas de forma transparente, íntegra e tempestiva, satisfazendo a necessidade de seus usuários. Neste contexto, mesmo para as organizações do terceiro setor, demonstra-se ser fundamental o acompanhamento financeiro, gerencial e econômico de suas atividades.

Para isso, observa-se que as demonstrações contábeis podem auxiliar na divulgação das informações e no processo de prestação de contas. Carneiro (2002) revela que o objetivo da demonstração contábil está além de publicar informações, mas trazer essas informações com o máximo de qualidade possível para o seu público interessado. Neste cenário, uma boa evidenciação contábil permite trazer informações que possam ser de fato úteis para compreensão de seus usuários, auxiliando na confiabilidade dos envolvidos.

Diante da necessidade de manter relações de confiança com seus financiadores, sabido da necessidade das entidades do Terceiro Setor em prestar de contas dos recursos recebidos, sejam eles públicos ou privados, e considerando que a contabilidade possui



importante papel no acompanhamento deste processo, se tem o seguinte problema de pesquisa: **Como a contabilidade contribui no processo de gestão e transparência de uma entidade do terceiro setor?**

Esta pesquisa tem por objetivo apresentar como a contabilidade contribui no processo de gestão e transparência de uma entidade do terceiro setor, sob a percepção de seus associados.

Sabido da realidade da maioria das associações de catadores do país, no que se refere a baixa escolaridade e vulnerabilidade social de seus associados (Bortolli, 2009; Micaela, 2013), mas que ainda assim são responsáveis pela geração de receita, esta pesquisa se justifica como uma forma de trazer respostas sobre a gestão financeira e econômica, que possam garantir a manutenção das atividades e consequentemente melhorias da qualidade financeira e de vida, para esses trabalhadores.

## 2 PLATAFORMA TEÓRICA

### 2.1 O TERCEIRO SETOR

As organizações que o compõem o Terceiro Setor surgiram com a função de atender pessoas em suas necessidades básicas, principalmente naquelas em que a atuação do Estado é ineficiente ou inexistente. Como visto, essas organizações atuam em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, cultura, direitos humanos, entre outras, e desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Além disso, o terceiro setor apresenta maior flexibilidade e agilidade para inovar e experimentar soluções para problemas sociais, uma vez que não está preso a burocracias governamentais ou às pressões do mercado (Landim, 1993).

Para Landim (1993), o terceiro setor não está restrito apenas a um conjunto de organizações sem fins lucrativos, uma vez que está emanado por uma eficácia simbólica, ao configurar-se como um espaço de afirmação de valores e práticas sociais que fogem aos limites do mercado, como altruísmo, compromisso social, solidariedade, laços comunitários e ambientalismo.

O terceiro setor desempenha um papel importante na promoção da participação cidadã e no fortalecimento da democracia. Ao permitir que os cidadãos se engajem ativamente na resolução de problemas sociais, essas organizações estimulam a conscientização, a mobilização e a formação de uma sociedade civil mais ativa e crítica. Além disso, o terceiro setor atua como uma voz independente e representa os interesses de grupos marginalizados, contribuindo para a defesa de direitos e a promoção da inclusão social. No contexto atual, o terceiro setor enfrenta desafios complexos, como a falta de recursos e a necessidade de adaptação às mudanças sociais e tecnológicas. No entanto, a importância do terceiro setor como agente de transformação social permanece inegável (Mañas, 2007).

Salamon e Anheier (1998), ao estudar os aspectos das organizações do terceiro setor, apresentam uma definição baseada em cinco características estruturais/operacionais





inerentes à todas as organizações do terceiro setor, distinguindo-as das demais instituições sociais. Na perspectiva dos autores, tais entidades deveriam ser:

- 1) Organizadas, ou seja, institucionalizadas em alguma extensão significativa, ainda que não sejam legalmente formalizadas;
- 2) Privadas, ou seja, institucionalmente separadas do governo ou empresas;
- 3) Não distribuírem lucros, ou seja, não retornando os lucros gerados aos seus proprietários ou diretores;
- 4) Autogovernadas, ou seja, autônomas para controlar suas próprias atividades;
- 5) Voluntárias, ou seja, envolver algum grau de participação voluntária.

Partindo das características apresentadas, destacam-se no aspecto da formalização as Associações e as Fundações, que irão englobar as Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Utilidade Pública Federal (UPF), Utilidade Pública Estatal (UPE), Utilidade Pública Municipal (UPM), Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), dentre outros.

## 2.2 TIPOS DE ORGANIZAÇÕES

### 2.2.1 Associações

Mañas (2012, p.23), descreve associação como uma “pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, que se forma pela reunião de pessoas em prol de um objetivo comum, sem interesse de dividir resultado financeiro entre elas”.

Para o Código Civil Brasileiro (Brasil, 2002), as associações são pessoas jurídicas de direito privado, caracterizadas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. Dessa forma, observa-se que as associações não visam o lucro financeiro como objetivo principal, podendo atender a uma necessidade ou a um propósito social, cultural, esportivo etc. Contudo, apesar de não ensejarem fins econômicos, estas não estão impedidas de realizarem atividades econômicas que possam gerar receitas que permitam a manutenção de seu funcionamento.

Szazi (2006) destaca ser importante distinguir o cunho associativo, característico das associações, do cunho social, visto que a criação de uma associação não implica necessariamente o escopo social, visto que outros propósitos podem não visar o lucro e mesmo assim atender a um interesse coletivo. Como, por exemplo, os clubes associativos, em que o acesso é restrito aqueles que realizam a adesão.

De acordo com o Código Civil (Brasil, 2002), a formalização de uma associação ocorre pela inscrição do estatuto social que a disciplina no registro competente, o que confere à associação a personalidade jurídica e, portanto, a aptidão para ser sujeito de direitos e obrigações. A formalização permite que a associação possa, por exemplo, celebrar contratos, adquirir bens, ajuizar e ser demandada em processos judiciais, receber doações, entre outras atividades necessárias para o cumprimento de seus objetivos.

Por outro lado, também são muitas as obrigações que a associação está sujeita, como por exemplo, a necessidade apresentação de prestação de contas regular e transparente, manutenção dos registros contábeis, realização de assembleias regulares



para fornecimento de informações aos associados sobre a gestão da associação, dentre outros.

### **2.2.2 Fundações**

As fundações são organizações sem fins lucrativos que também desempenham um papel importante no terceiro setor. Elas podem ser constituídas a partir da decisão de uma única pessoa ou empresa com o propósito de promover uma causa de interesse público determinada, assumindo a natureza de direito privada. Elas também podem ser criadas pelo Estado, assumindo a natureza de pessoa jurídica de direito público (Alves; Bonho, 2018).

Szazi (2006) salienta que para se constituir uma fundação é necessária a manifestação inequívoca de vontade do fundador, feita mediante escritura pública ou testamento, constituindo-se como um patrimônio que, quando associado a uma ideia do instituidor, é colocado a serviço de um fim determinado, os quais deverão ser lícitos, não lucrativos e de interesse coletivo. A existência de um patrimônio é a premissa fundamental para a formação de uma fundação.

As fundações são regidas por um conjunto de princípios e diretrizes estabelecidos pelos seus fundadores e podem atuar em áreas específicas de interesse ou ter uma abrangência mais ampla. Sua missão é direcionar recursos financeiros e intelectuais para projetos e programas que tenham impacto social positivo, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades em que atuam. Por lei somente poderão ter fins morais, culturais, de assistência ou religiosos, e esta finalidade institucional deverá ser permanente, diferenciando-se das associações, que podem alterar seus fins com o decorrer do tempo. (Alves & Bonho, 2018).

### **2.3 A CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR**

A contabilidade, enquanto ciência social aplicada, tem por objeto o controle do patrimônio das organizações. Marion (2006), observa que contabilidade financeira possibilita o controle da movimentação do patrimônio com o objetivo de fornecer, por meio de relatórios, informações financeiras relevantes e confiáveis acerca das variações ocorridas no patrimônio da organização. Destacando que esses relatórios devem ser elaborados em conformidade com os princípios e as normas contábeis, garantindo a comparabilidade e a confiabilidade das informações financeiras apresentadas.

A contabilidade gerencial, por outro lado, é desobrigada do cumprimento de determinações legais ou regras fixadas por órgãos reguladores, sendo o seu principal objetivo fornecer informações internas que sejam úteis para a gestão das organizações. Essas informações não se restringem as de natureza econômica, financeira, patrimonial, física e de produtividade, como também outras informações de natureza operacional, para que possa auxiliar os administradores nas suas tomadas de decisões (Marion, 2006).

A contabilidade no terceiro setor desenvolveu-se ao passo do surgimento das organizações pertencentes a este grupo, principalmente com o aumento do número de



entidades dedicadas a causas sociais e do amadurecimento das legislações que as regulamentam. Assim, com o passar do tempo, a contabilidade aplicada ao terceiro setor, evoluiu para se adequar às necessidades e aos objetivos dessas organizações (Alves & Bonho, 2018).

Na década de 1990, com a crescente importância dessas organizações na sociedade, começou a haver um maior debate sobre as práticas contábeis aplicadas a esse setor. Neste período, surgiram as primeiras normas específicas para regulamentar a atuação dessas organizações, visando instituir diretrizes para seu funcionamento, além de tornar mais claras as informações financeiras fornecidas por essas organizações (Alves & Bonho, 2018).

Observa-se que na legislação, de forma geral, as organizações do terceiro setor são genericamente denominadas de entidades sem fins lucrativos, considerando que esta característica é predominante entre as organizações que o compõe. Alves e Bonho (2018), destacam que as principais leis que regem o tema são: a lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 (Brasil, 1998), conhecida como Lei das Organizações Sociais; a lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 (Brasil, 1999), que criou as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as chamadas OSCIPs; além da lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Brasil, 2002), que instituiu o Código Civil e que trata da natureza jurídica das entidades do terceiro setor.

Outra importante lei que disciplina o tema, a lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Brasil, 2014), instituiu normas gerais para as parcerias voluntárias, surgiu como iniciativa para o desenvolvimento e fortalecimento dessas organizações. Seu objetivo principal é promover a atividade das organizações sem fins lucrativos, bem como estabelecer regras para o seu funcionamento e financiamento. A principal iniciativa da lei é o incentivo à colaboração entre organizações sem fins lucrativos e o setor público. A lei permite que essas organizações participem de parcerias com a administração pública para a execução de projetos e programas sociais, o que pode ampliar o alcance e a eficácia de suas ações.

A lei apresenta ainda os requisitos para participação dessas organizações nas parcerias, bem como regras para controle e transparência dos instrumentos celebrados, entre os quais está a necessidade de apresentação de prestação de contas que observem os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade, bem como expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis.

No que diz respeito às organizações do terceiro setor, a norma contábil a ser utilizada é a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1), que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas (CFC, 2015).

Assim, conforme descrito na ITG 2002 (R1), devem ser elaboradas pelas entidades sem fins lucrativos: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável (CFC, 2015).



Assim, observa-se que, de maneira geral, as entidades sem fins lucrativos devem utilizar os mesmos critérios para elaborar e publicar as demonstrações contábeis das entidades com fins lucrativos, diferenciando-se em alguns aspectos inerentes as suas características. De acordo com Slomski (2012, p.13), “as demonstrações devem conter dados acerca de ativos, passivos, receitas, despesas, fluxos de caixa, patrimônio social e outras alterações no patrimônio social (no caso das entidades sem fins lucrativos, patrimônio líquido é tratado como patrimônio social)”.

Ademais, a ITG 2002 (R1) também descreve que as expressões lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit nas Demonstrações do Resultado do Período, bem como nas Mutações do Patrimônio Líquido e nos Fluxos de Caixa. Devem ser fornecidas ainda informações destacadas sobre as gratuidades concedidas e os serviços voluntários obtidos, que devem ser divulgadas em Notas Explicativas separadas por tipo de atividade. Já nas Demonstração dos Fluxos de Caixa, as doações devem ser classificadas como parte dos fluxos das atividades operacionais (CFC, 2015).

#### 2.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS E ACCOUNTABILITY

*Accountability* é um termo da língua inglesa, sem tradução direta para o português, que pode ser entendido como responsabilização, prestação de contas e controle social. Este termo está associado ao desempenho de atividades com responsabilidade e de forma responsiva e, ao mesmo tempo, espera-se que os agentes envolvidos ajam de forma transparente, prestando contas de suas ações e explicando suas decisões (Oliveira, 2009).

Para Falconer (1999, p. 19), a “*accountability* pode significar pouco mais do que a publicação de um relatório anual com dados de projetos e informações contábeis, mas também representa uma postura de responsabilidade que se exercita no cotidiano da gestão, frente a públicos internos e externos”. Para Slomski (2012) a interligação entre as demonstrações contábeis e as demonstrações orçamentárias no processo de prestação de contas representam um avanço no aperfeiçoamento da *accountability* aderente aos preceitos contábeis, garantindo assim que as entidades sejam responsáveis perante a sociedade e os financiadores.

Como apontado anteriormente, as entidades sem fins lucrativos podem firmar parcerias e receber recursos tanto públicos, quanto privados, além de incentivos fiscais, de forma a fomentar suas atividades ou para atingimento de objetivos específicos. Sob este aspecto, as organizações estão sujeitas a regras para controle e transparência, dentre as quais estão sujeitas à apresentação de prestação de contas.

Os itens que compõem uma prestação de contas de entidades do terceiro setor podem variar de acordo com o parceiro financiador e a legislação aplicável. Sob o aspecto das parcerias com o setor público, alguns parâmetros qualitativos precisam ser cumpridos, principalmente quanto ao controle do gasto público, a moralidade, a eficiência e a legalidade estrita dos atos administrativos que regem essas parcerias. Para Oliveira (2009) as prestações de contas de entidades sem fins lucrativos se apresentam de duas formas: em uma prestação de contas financeira, que se refere à forma, ao destino, à distribuição e





ao uso dos recursos financeiros recebidos, ou seja, se apresenta na forma de um relatório econômico-financeiro, e em uma prestação de contas não financeira, que se refere ao progresso das ações desenvolvidas pelas entidades com a aplicação dos recursos, ou seja, o foco é no impacto alcançado em relação à missão das entidades.

Alves e Bonho (2018) destacam que quanto mais transparente for a mensuração do processo operacional da entidade, mais positivamente esta será vista pela população em geral e, com isso, mais recursos poderão ser arrecadados, neste sentido, as associações veem com bons olhos a prestação de contas, e que ela tem papel importante para concretização de projetos que envolvam setores públicos e privados. Demonstrando assim, a relevância da contabilidade para as entidades do terceiro setor, uma vez que esta reflete na demonstração, por meio da prestação de contas para os parceiros e, principalmente, para a sociedade, que os recursos arrecadados estão sendo corretamente empregados e que os objetivos primordiais dessas instituições estão sendo alcançados

Por outro lado, grande parte dessas organizações também relata possuir dificuldades para manter de forma adequada os registros contábeis da movimentação patrimonial devido ausência de recursos financeiros disponíveis para pagamento de profissionais habilitados, ou seja, contadores. Além de que muitas organizações do terceiro setor, sobretudo as associações, são gerenciadas por seus próprios associados, que nem sempre possuem conhecimento suficiente para se utilizar das informações geradas pelos demonstrativos contábeis e, dessa forma, desempenhar um pleno gerenciamento das atividades e garantir a divulgação de suas ações (Carneiro, Oliveira & Torres, 2011).

Observa-se, assim, o papel que as informações contábeis podem desempenhar, uma vez que pode resultar em melhor planejamento, controle e tomada de decisão, e sobretudo, garantir transparência sobre as decisões tomadas e os resultados obtidos.

## 2.5 PESQUISAS ANTERIORES

Indo além das preocupações referente às falhas das normas contábeis, Nascimento, Costa e Nascimento (2020) apresentam em sua pesquisa descritiva e de natureza qualitativa, um roteiro baseado em entrevista, com foco no líder da cooperativa. Nos resultados, os autores verificaram que, com boas práticas contábeis, a entidade estudada conseguiu elevar seu nível de organização, transparência e planejamento estratégico, promovendo melhorias no controle interno e, além disso, essas boas práticas possibilitaram parcerias tanto com setor público quanto com o setor privado.

Mário et. al (2013), ao investigarem o nível de evidenciação contábil em 68 Fundações Privadas do município de Belo Horizonte, identificaram que, no aspecto qualitativo, muitas destas entidades não estão aderentes às normas contábeis e apresentam falhas no processo de prestação de contas e de evidenciação, concluindo que o Terceiro Setor tem muito a evoluir no que diz respeito ao processo de evidenciação.

Nunes (2018), buscou analisar a forma como a contabilidade colabora para o auxílio no controle financeiro e para o processo de prestação de contas de uma entidade



sem fins lucrativos situada no município de Palmeira dos Índios – AL. Foram realizadas etapas de entrevistas e análise documental. Os principais resultados mostraram que a organização estudada utiliza a contabilidade tanto para fins de controle na gestão de recursos, quanto como ferramenta para elaboração de relatórios e demonstrações contábeis auxiliando na prestação de contas. No entanto, a entidade enfrenta dificuldades na divulgação dessas demonstrações e relatórios para os interessados, apesar de reconhecer a importância da prestação de contas.

Silva, Cruz e Franzini (2018), estudou a importância da contabilidade como instrumento para a prestação de contas em uma entidade sem fins lucrativos. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e quantitativa, bem como estudo de caso com aplicação de questionário. Como resultado, os autores observaram que o processo de prestação de conta é feito diretamente para cada contrato e convênio através de documentos contábeis e planilhas. Também foi identificado a utilização das demonstrações contábeis para a tomada de decisões. Os autores concluíram que contabilidade é um importante instrumento para as entidades do Terceiro Setor no processo de prestação de contas, proporcionando maior transparência e confiabilidade.

### **3 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

O presente trabalho pode ser caracterizado como exploratório, uma vez que, a pesquisa exploratória é conceituada pela busca por aprofundar o conhecimento sobre o tema proposto, visando obter informações mais específicas e aprimoradas sobre determinado assunto, de forma que se consiga torná-lo mais claro e compreensível para os indivíduos (Raupp & Beuren, 2003).

Foram realizadas pesquisas bibliográficas em materiais já publicados (artigos, revistas, livros e teses) nacionais e internacionais, que permitissem a aquisição de conhecimento suficiente, juntamente com o levantamento de dados e informações que auxiliassem a argumentação, para desenvolvimento do tema proposto.

Além disso, realizou-se um estudo de caso aplicado a uma entidade do Terceiro Setor. O estudo de caso foi realizado com base em entrevista de profundidade com dois membros de uma associação de catadores de materiais recicláveis objetivando levantar suas perspectivas sobre o papel da contabilidade no processo de prestação de contas e transparência da organização.

Em suma, o presente estudo classifica-se como uma pesquisa exploratório-descritiva, compreendendo uma investigação bibliográfica para levantamento de dados, além de um estudo de caso focado em uma abordagem qualitativa, como forma de alcançar a profundidade e o recorte proposto.

#### **3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA**

Por opção de escopo, dentre as causas e formas de atuação possíveis no terceiro setor, selecionou-se, como objeto de estudo deste trabalho, o nicho das associações de



catadores de materiais recicláveis. Atualmente, o país conta com 651 associações de catadores que, em 2021, foram responsáveis pela reciclagem de cerca de 1 milhão de toneladas de materiais, atingindo cerca de R\$ 800 milhões em receita (ANCAT, 2021).

Este trabalho delimitou-se na seleção de uma associação de catadores de materiais recicláveis, a Associação Capixaba de Reciclagem - Recicla Capixaba, localizada na cidade de Vitória/ES. Para a seleção da amostra foi utilizado o critério da conveniência, considerando que um dos autores possui acesso facilitado a entidade e contato direto com os associados, o que possibilitou o estudo de caso e o acesso às informações financeiras necessárias para a conclusão do trabalho.

### 3.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados consistiu em duas etapas, sendo a primeira de observação direta e análise documental, e a segunda através de entrevista. Na primeira etapa, foram realizadas visitas à sede da Recicla Capixaba com o intuito de verificar a forma atual de organização da entidade em seu estabelecimento físico, bem como selecionar potenciais participantes das entrevistas que seriam realizadas posteriormente. Na segunda etapa, foram realizadas duas entrevistas com membros da associação.

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, a partir das anotações realizadas durante as visitas realizadas na sede da associação e pelas respostas obtidas através de perguntas abertas direcionadas aos entrevistados.

## 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 DOCUMENTOS CONTÁBEIS FINANCEIROS

As visitas realizadas à sede da Associação Capixaba de Reciclagem - Recicla Capixaba, ocorreram em junho de 2023. A associação fica localizada no bairro Consolação em Vitória/ES, em um galpão alugado de 523,67 m<sup>2</sup>. A maior parte do espaço é destinada às atividades operacionais da associação. O setor administrativo localiza-se no mesmo espaço, em uma sala anexa. A associação selecionada foi constituída em 25 de junho de 2019, com 8 associados. Atualmente, possui 20 associados que fazem a coleta e triagem de 35 toneladas de materiais por mês, em média.

Durante as visitas os autores tiveram acesso aos seguintes documentos: Estatuto Social da Associação, Relatório Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit ou Déficit, bem como aos processos de prestações de contas referentes a um contrato de prestação de serviços com Prefeitura Municipal de Vitória/ES (PMV).

Foi possível observar através da análise documental e por meio de informações repassadas pela administração, que a principal fonte de receita da associação advém do contrato com a PMV, referente à triagem, separação, prensagem e armazenamento de materiais recicláveis. Outras fontes referem-se à venda dos materiais coletados, valores repassados por empresas de logística reversa e doações.

De acordo com o Estatuto Social a organização administrativa da associação é composta pelo Presidente, Vice-presidente, 1º e 2º Tesoureiro, sendo estes associados



catadores. Durante as visitas, foi possível observar que, na prática, há certa dificuldade por parte dos associados em realizar o controle financeiro e gerencial, uma vez que não possuem o conhecimento necessário, além de não estarem totalmente dedicados a função, visto que também desempenham papel nas operações diárias. Assim, para executar as atividades administrativas, os associados contam com o auxílio de assistentes sociais voluntários e um escritório contábil terceirizado.

Apesar da pouca experiência no desempenho das atividades administrativas, os associados demonstram preocupação em segregar funções, manter a organização documental e o registro das informações que são repassadas para a contabilidade. A contratação do escritório contábil e a busca pelo controle financeiro e gerencial da Associação teve início em janeiro de 2021, após a formalização do contrato de prestação de serviços com a PMV, em novembro de 2020, o que exigiu prestações de contas.

No tocante aos processos de prestações de contas apresentados à PMV, a administração informou que confecção dos relatórios é realizada na própria sede da associação com o auxílio de voluntários e do escritório contábil terceirizado. São exigidos pela PMV: relatório de atividades, relatório financeiro, notas fiscais de venda dos materiais coletados, certidões negativas de débitos, relatório de distribuição aos associados e cópia do estatuto social.

Verificou-se que o documento denominado “relatório de atividades”, consiste em um documento onde são apresentadas as formas utilizadas pela associação para atender sua finalidade. Trata-se de um relatório não-financeiro em que constam os pontos de coleta atendidos, a quantidade de resíduos recebidos e separados, a quantidade de material reciclável comercializado, bem outras ações desenvolvidas pela associação. No denominado “relatório financeiro”, são confrontadas as receitas e despesas da associação, fazendo separação entre as vendas e as doações recebidas.

Após análise dos processos de prestação de contas, foi possível observar que a maioria dos documentos fazem referência a informações gerenciais da associação. A linguagem dos documentos é simples e bem estruturada, contendo informações básicas de maior facilidade de compreensão.

De acordo com a administração, apesar de ser direcionado à PMV, as prestações de contas também são compartilhadas com outros parceiros. Atualmente, além do contrato com a PMV, a Recicla mantém outras parcerias, tais como: Natura S/A, Alpargatas S/A, Plastic Bank, Reciclo, Ancat, Aeroporto de Vitória, Hospital das Clínicas, Tribunal de Justiça do Espírito Santo, Ministério Público Federal, Corpo de Bombeiros de Vitória, além de 42 Condomínios da Região Metropolitana de Vitória.

Acerca dos demonstrativos contábeis, somente foram disponibilizados para análise o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Superávit ou Déficit dos anos de 2021 e 2022. Os demonstrativos contábeis estavam assinados pelo contador responsável pelo escritório contábil terceirizado. Apesar de obrigatórias, não estavam disponíveis as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas. Segundo a administração, estas nunca foram solicitadas





por parceiros ou associados, mas caso fossem solicitadas, teriam sua exposição atendida. Verificou-se que apesar de estarem disponíveis na sede da associação, estes documentos não eram de fácil compreensão para os associados.

#### 4.2 ENTREVISTAS

A etapa de entrevista foi realizada na sede da associação, com dois membros: José Carlos de Santana, associado e presidente da associação, e Carlos Henrique Sales, associado catador. A intenção foi selecionar um membro que atuasse diretamente na administração e outro que atuasse somente na parte operacional, objetivando comparar suas percepções. Foram discutidos aspectos relacionados à transparência do processo de prestação de contas antes e após a implementação do controle e da evidenciação das informações contábeis.

Na percepção de Santana, antes da implementação do controle gerencial e contábil, a transparência das prestações de contas apresentadas à Prefeitura era limitada devido à ausência de um contrato formal. No entanto, após estabelecer o contrato com a Prefeitura, houve uma melhora significativa na transparência e organização das informações contábeis no processo de prestação de contas. Para o presidente, implementação do controle gerencial e contábil foi motivada pela exigência da Prefeitura em relação às pesagens do material vendido. A associação sentiu a necessidade de se organizar nesse sentido. Após a implementação, as principais mudanças observadas foram a melhoria na transparência, o controle adequado das vendas e a garantia de ganhos mais justos para a associação.

Santana relatou que inicialmente a administração teve dificuldades para realizar os processos de prestação de contas por conta própria, e que ajuda dos voluntários foi essencial. Após o processo de implementação, Santana considerou que não houve muitos desafios, pois a transparência contábil era vista como algo necessário e fundamental para a associação. A contabilidade teve um impacto significativo na cultura e nos processos de controle, proporcionando um aprendizado sobre como gastar e controlar o que entra e sai da associação.

Segundo Santana, antes da implementação e da necessidade de prestar contas, não havia registro adequado dos recebimentos e despesas da associação, apenas informações informais compartilhadas entre os membros. Da mesma forma, o controle de estoque era limitado, com pouco espaço físico disponível. Após a implementação, as notas fiscais passaram a ser utilizadas para o registro das receitas e despesas, permitindo um melhor controle dos materiais recicláveis coletados.

A percepção da Prefeitura em relação à melhoria da transparência das informações contábeis foi positiva, reconhecendo a associação como a primeira a enviar as prestações de contas e como uma associação bem-organizada. Os benefícios observados após a implementação incluíram a conquista de parcerias importantes, doações e a melhoria da imagem da associação perante a Prefeitura e outros parceiros.



No que diz respeito à tomada de decisão, a contabilidade levou a uma maior preocupação e controle sobre os gastos na associação. Santana recomenda a implementação dos registros contábeis e da evidenciação em outras associações, pois considera que a contabilidade é essencial para alcançar transparência, informar os associados sobre as entradas e saídas financeiras e demonstrar a realidade, pontos fracos e conquistas da associação.

Carlos Henrique Sales avaliou que, antes do uso da contabilidade, a associação não tinha um controle adequado das movimentações financeiras, dos materiais coletados e das pesagens. Após a implementação, as principais mudanças observadas foram um maior controle financeiro, uma melhor organização e a garantia de pagamento adequado por meio das pesagens. Para Carlos, a Prefeitura percebeu a melhoria na transparência das informações contábeis da associação, elogiando a organização e a produção. Durante o processo de implementação, o maior desafio enfrentado foi compreender a importância das organizações e estabelecer um controle adequado dos materiais coletados.

A cultura e os processos contábeis na associação foram afetados pela implementação da contabilidade, principalmente no que diz respeito ao controle de gastos, às contas fiscais e ao conhecimento sobre o valor dos materiais. Os benefícios observados após a implementação incluíram a obtenção de parcerias com empresas e a conquista de automóveis e maquinários, todos resultantes do melhor controle financeiro proporcionado pela contabilidade. As informações geradas pelo controle contábil resultaram em um planejamento orçamentário mais efetivo, permitindo avaliar e controlar o aumento de salários dos associados, por exemplo.

Na percepção de Carlos, a contabilidade facilitou a prestação de contas para os membros da associação, fornecendo uma melhor compreensão das despesas e receitas. O associado também acredita que tornou a associação mais organizada e eficiente, pois agora eles têm um maior controle sobre como e quando gastar. Para o futuro, ele não tem sugestões específicas para melhorar a contabilidade, pois está satisfeito com a organização atual e a forma como as coisas estão funcionando na associação.

Os entrevistados José Carlos de Santana, presidente da associação, e Carlos Henrique Sales, associado catador, apresentaram algumas semelhanças e diferenças em relação à implementação da evidenciação contábil na associação de catadores de materiais recicláveis.

Uma das semelhanças entre os entrevistados foi a percepção de que a transparência das informações contábeis antes da implementação era limitada. Ambos reconheceram que a associação não possuía um controle adequado das movimentações financeiras e dos materiais coletados. No entanto, eles tiveram diferentes motivações para buscar o controle contábil. Santana destacou que a exigência da Prefeitura em relação ao contrato e às prestações de contas foi um fator decisivo, enquanto Sales mencionou a necessidade de se organizar em relação às pesagens e aos pagamentos dos materiais vendidos pela associação.



Outra diferença notada foi em relação aos desafios enfrentados durante a implementação. Santana considerou que os desafios foram enfrentados somente inicialmente, enquanto Sales sentiu necessidade de compreender a importância das organizações e estabelecer um controle adequado dos materiais coletados. No que diz respeito aos benefícios observados após a implementação, ambos os entrevistados destacaram a melhoria no controle financeiro e na transparência das informações contábeis. Além disso, Santana ressaltou as parcerias conquistadas pela associação, enquanto Sales enfatizou a obtenção de automóveis e maquinários.

Ao analisar as entrevistas realizadas com o presidente e o associado da associação de catadores de materiais recicláveis, foi possível identificar, na visão dos associados, que a implementação do controle gerencial e a das contas contábeis promoveu maior transparência e eficiência na gestão da associação. Ambos reconheceram que, antes da implementação, a transparência das informações contábeis era limitada e não havia um controle adequado das movimentações financeiras e dos materiais coletados. Além de indicarem que a contabilidade facilitou a prestação de contas para os membros da associação, fornecendo uma visão clara das despesas e receitas.

A exigência da Prefeitura em relação às pesagens e ao pagamento baseado em despesas foi um fator-chave que levou à decisão de implementar o controle gerencial e contábil na associação. A partir desse processo, observaram-se mudanças significativas, como um maior controle financeiro, organização na gestão e pagamento adequado aos associados. Embora tenha havido diferença nas percepções e experiências dos entrevistados em relação aos desafios enfrentados durante a implementação, ambos destacaram os benefícios alcançados, como parcerias com empresas, aquisição de automóveis e maquinários, e uma maior compreensão das finanças da associação.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo buscou enfatizar a importância da contabilidade no processo de transparência das prestações de contas em uma associação de catadores de materiais recicláveis. As entrevistas realizadas com o presidente e um associado proporcionaram uma visão sobre os desafios enfrentados e os benefícios alcançados com a implementação da contabilidade. Antes dessa implementação, a transparência das informações contábeis era limitada, o que comprometia o controle financeiro e a prestação de contas da associação. No entanto, após a implementação da evidência contábil, observou-se uma transformação significativa na gestão da associação.

Foi possível perceber que a contabilidade trouxe benefícios tangíveis para a associação de catadores. Houve uma melhoria significativa na organização financeira, com um maior controle das movimentações de materiais e recursos financeiros. Além disso, a contabilidade proporcionou uma melhor visão das receitas e despesas, facilitando a tomada de decisão e permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis.

Outro aspecto relevante é o impacto positivo da contabilidade na relação com os stakeholders, especialmente a PMV. A melhoria na transparência dos processos de



prestação de contas contribuiu para a construção de uma imagem mais confiável e profissional da associação, gerando reconhecimento e elogios por parte da Prefeitura. Essa percepção positiva fortalece as parcerias estratégicas e pode proporcionar oportunidades futuras.

A contabilidade desempenhou papel importante na prestação de contas aos membros da associação, evidenciando a responsabilidade e a seriedade com que as finanças são gerenciadas. Além disso, a transparência contábil também promoveu a confiança dos doadores, empresas parceiras e demais stakeholders, fortalecendo a credibilidade da associação como um todo.

Os resultados obtidos corroboram com outras pesquisas realizadas no âmbito das entidades sem fins lucrativos, como os achados reportados por Nunes (2018) e SILVA, Cruz e Franzini (2018), que evidenciaram a contabilidade como uma ferramenta para garantir a transparência e a eficiência na gestão de entidades do terceiro setor.

Apesar dos resultados positivos alcançados, algumas limitações estiveram presentes no desenvolvimento deste trabalho, como o número restrito de entrevistados, a baixa escolaridade e a falta de experiência na administração da entidade, o que pode ter comprometido o pleno entendimento das perguntas realizadas. Além disso, a falta de conhecimento técnico pode limitar a utilização das informações geradas pela contabilidade na gestão da associação.

Portanto, pode-se perceber que a contabilidade, como ferramenta para a prestação de contas, teve um impacto positivo e significativo na associação de catadores de materiais recicláveis. Os resultados obtidos neste trabalho destacam a importância da transparência, do controle financeiro e da prestação de contas para a sustentabilidade e a eficácia da gestão. A contabilidade, como ferramenta fundamental nesse processo, desempenha um papel crucial na tomada de decisões informadas, na busca de parcerias estratégicas e na construção de uma imagem confiável para a associação. Desta forma, a contabilidade emerge como um elemento-chave para promover a transparência e fortalecer a gestão das associações sem fins lucrativos, contribuindo para o alcance de seus objetivos socioambientais. O incentivo à educação formal e a capacitação dos associados pode ajudar na melhor utilização das informações contábeis e no enfrentamento das limitações.

## **REFERÊNCIAS**

- ALVES, A. & BONHO, F. T. (2018). *Contabilidade do terceiro setor*. São Paulo: Grupo A. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028593/>. Acesso em: 09 fev. 2023.
- ANCAT. (2021). Anuário da Reciclagem 2021 retrata a realidade de catadores(as) de materiais recicláveis no Brasil. *Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis*. São Paulo: ANCAT. Disponível em: <https://ancat.org.br/anuario-da-reciclagem-2021--materiais-reciclaveis>. Acesso em: 07 jan. 2023.





- BRASIL. (2002). *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm). Acesso em: 07 jan. 2023.
- \_\_\_\_\_. (2014). *Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014*. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime... Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm). Acesso em: 08 fev 2023.
- \_\_\_\_\_. (1998). *Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998*. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos... Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19637.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm). Acesso em: 08 fev 2023.
- \_\_\_\_\_. (1999). *Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999*. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil... Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19790.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm). Acesso em: 08 fev 2023.
- BORTOLI, M. A. (2009). Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 105–114. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000100013>. Acesso em: 30 jun 2023.
- CARNEIRO, A. F.; OLIVEIRA, D. L. & TORRES, L. C. (2011). Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrij/article/view/1206/1142>. Acesso em: 09 fev 2023.
- CARNEIRO, C.M.B. (2002). A Evidenciação Contábil No Processo de Gestão e Responsabilidade Social das Entidades - Um Enfoque Na Governança Corporativa. *IX Congresso Brasileiro de Custos*, São Paulo, p. 1-16. Disponível em: [https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/2609/2609cbc,+IXCongresso\\_artigo\\_0308%20](https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/2609/2609cbc,+IXCongresso_artigo_0308%20). Acesso em: 7 jan. 2023.
- CFC. (2015). *Interpretação Técnica Geral 2002 (R1)*: Entidades sem Finalidade de Lucros. Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002%28R1%29](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002%28R1%29). Acesso em: 08 fev 2023.
- FALCONER, A.P. (1999). *A promessa do Terceiro Setor*: Um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. Dissertação (Mestrado) – Administração, USP, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12132/tde-01072021-161110/publico/MsAndre sPabloFalconer.pdf>. Acesso em: 20 jan 2023.



- LANDIM, L. (1993). *A invenção das ONGs: Do serviço invisível à profissão impossível*. Tese (Doutorado): Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ: Rio de Janeiro. Disponível em: [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/a-invencao-das-ongs-\(\)-leilah-landim-assumpcao.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/a-invencao-das-ongs-()-leilah-landim-assumpcao.pdf). Acesso em: 09 fev 2023.
- LOPES, L. C.; ANDRADE, C. S. de; MEIRA, J. M. de; SANTOS, A. A. dos & FERREIRA, J. O. L. (2012). Um estudo multicaso sobre a gestão de recursos financeiros em organizações do terceiro setor. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, volume 4, pág. 24-36. Disponível em <<http://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/29835/19539>>. Acesso em 24 abr 2023.
- MAÑAS, A.V. (2012). Terceiro setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento socioeconômico. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, p. 15-29. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/9264/terceiro-setor--um-estudo-sobre-a-sua-importancia-no-processo-de-desenvolvimento-socio-economico/i/pt-br>. Acesso em: 06 jan. 2023.
- MÁRIO, P. C.; PAULA, C. L. S.; ALVES, A. D. F. & JUPETIPE, F. K. N. (2013). Evidenciação das Fundações Privadas de Belo Horizonte: Prestação de Contas e Qualidade da Informação. *Pensar Contábil*, v. 15, n. 56, p. 29-41. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/10029/>. Acesso em: 02 fev 2023.
- MARION, J.C. (2006). *Contabilidade empresarial*. 12. ed. São Paulo: Atlas.
- MICAELA, J.P.P. (2013). *Diagnóstico social dos catadores de resíduos vinculados às Associações de Catadores de Material Reciclável do Município de Vitória-ES*. 213 folhas: Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo. Gestão Pública. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6303>. Acesso em: 30 jun 2023.
- NASCIMENTO, I. C. S.; COSTA, W. P. L. B.; NASCIMENTO, T. I. S. (2020). Contabilidade no terceiro setor: um estudo sobre a sua utilização em uma cooperativa do município de Apodi-RN. *Administração de Empresas em Revistas*, vol. 2, n°. 21, Curitiba. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/4312>. Acesso em: 09 fev 2023.
- NUNES, R. da S. (2018). *A importância da contabilidade para prestação de contas nas organizações do terceiro setor: um estudo de caso na fundação de amparo ao menor ...* 2018. 36 f. Monografia (Ciências Contábeis) UFAL, Santana do Ipanema. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/3348>. Acesso em: 10 jun 2023.
- OLIVEIRA, I.M. da S. (2009). *Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do Terceiro Setor brasileiro*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Ciências Contábeis, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4961>>. Acesso em 10 jun 2023.
- RAUPP, F. M. & BEUREN, I. M. (2003). Metodologia da pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*.



- Teoria e prática. 3ª edição. São Paulo: Atlas. Disponível em:  
[http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap\\_3\\_Como\\_Elaborar.pdf](http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap_3_Como_Elaborar.pdf). Acesso em: 05 jun 2023.
- SALAMON, L.M. & ANHEIER, H.K. (1998). Social Origins of Civil Society: Explaining the Nonprofit Sector Cross-Nationally. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*. V. 9, p. 213–248. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/A:1022058200985>. Acesso em 23 nov 2022.
- SILVA, L. S.; CRUZ, R. S. S. C da & FRANZINI, S. F. L. (2018). A contabilidade como instrumento de prestação de contas nas entidades do terceiro setor: Estudo de caso na Estação... Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/06/a-contabilidade-como-instrumento-de-prestacao-de-contas-nas-entidades-do-terceiro-setor-estudo-de-caso-na-estacao-conhecimento-serra.pdf>. Acesso em: 02 jun 2023.
- SLOMSKI, V. (2012). *Contabilidade do terceiro setor: uma abordagem operacional: aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas*. São Paulo: Grupo GEN. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522480166/>. Acesso em: 10 fev. 2023.
- SZAZI, E. (2006). *Terceiro setor: regulação no Brasil*. 4. ed. rev. e amp. São Paulo: Petrópolis. Disponível em: <http://gife.issueelab.org/resources/19199/19199.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.